

## Magnitude eleitoral, partidos políticos e elegibilidade de mulheres em Viçosa-MG

Vitória Guimarães - DCS/UFV ([vitória.guimaraes@ufv.br](mailto:vitória.guimaraes@ufv.br)); Daniela Rezende - DCS/UFV ([daniela.rezende@ufv.br](mailto:daniela.rezende@ufv.br))

Trabalho de pesquisa; Área temática: Ciência Política; Grande área: Ciências Humanas

### Introdução

A percepção de uma significativa ausência de mulheres nos espaços de poder e decisão levou a uma série de mobilizações transnacionais, que possuem o objetivo de contornar esse quadro e assegurar os direitos humanos das mulheres. No Brasil, esse comprometimento levou à aprovação da Lei 9504/1997, onde o partido deve garantir um mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas por sexo/gênero. Essa medida garantiu um aumento no número de candidaturas, mas não de eleitas. Em Viçosa, apenas uma mulher se elegeu entre 2008 e 2016, mesmo com o aumento no número de cadeiras em 2012 (de 10 para 15), o que, de acordo com a literatura aumentaria as chances de elegibilidade de mulheres.

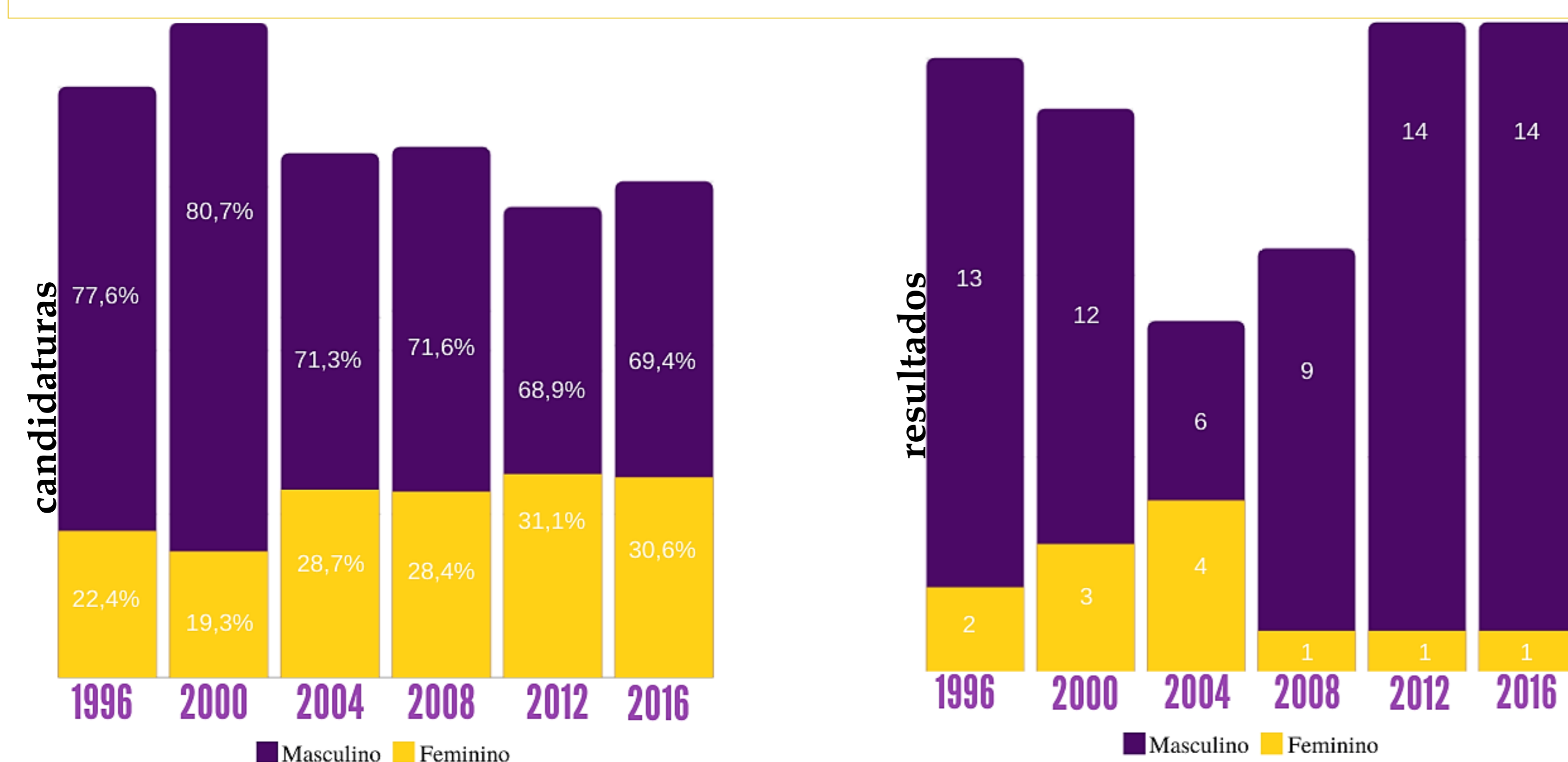
### Objetivos

Objetivamos compreender os fatores que levaram ao desvio com relação à tendência apresentada pela literatura. Além disso, também é objeto de nossa investigação analisar a dinâmica política do município, e em específico os determinantes da elegibilidade de mulheres, bem como as barreiras que encontram, atentando para os recursos disponíveis para as candidaturas femininas e para atuação dos partidos políticos.

### Material e Métodos

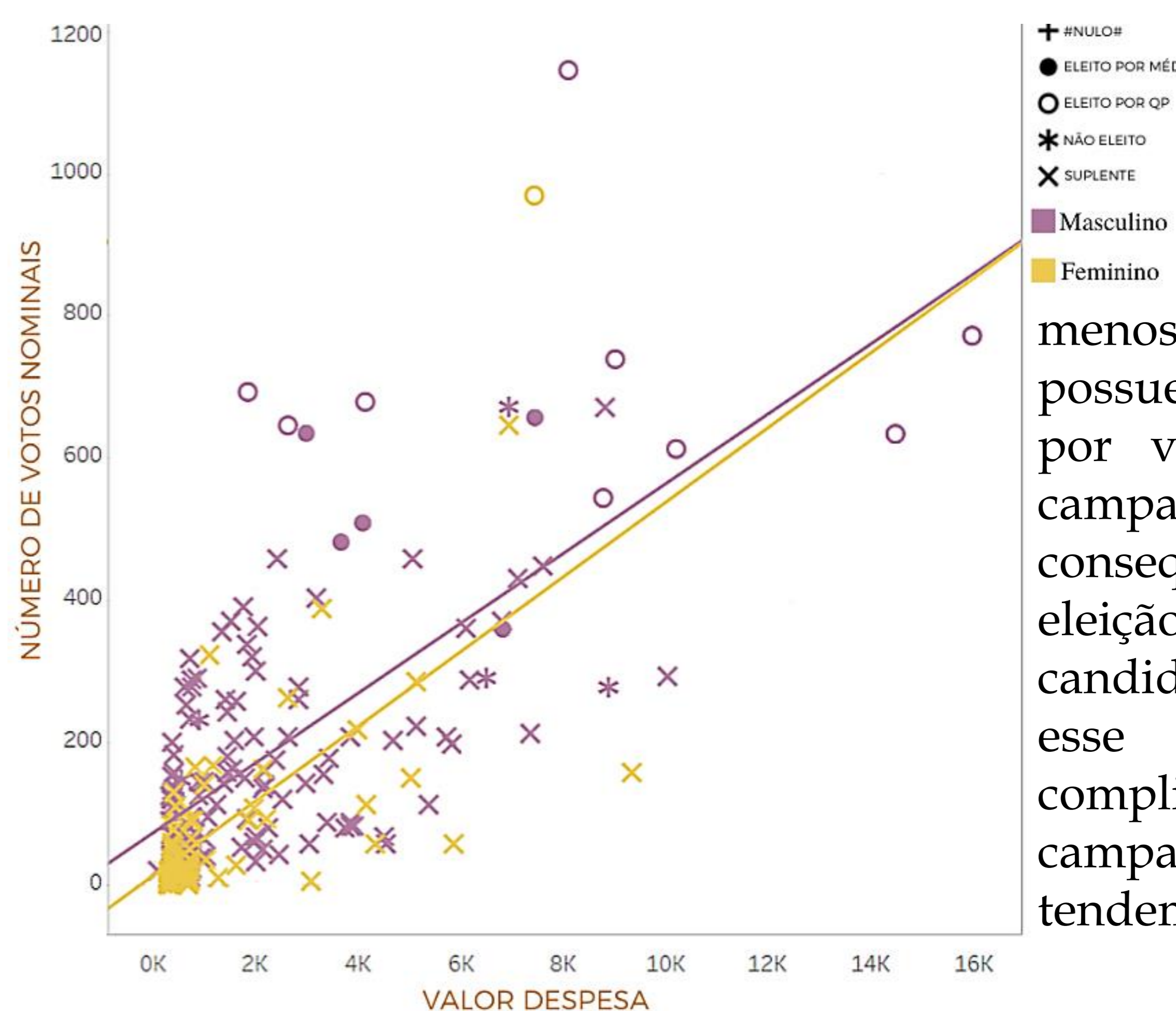
A partir dados disponíveis no Repositório de dados eleitorais do TSE sobre candidatos e resultados das eleições para Viçosa no período de 1996 a 2016, organizamos um banco de dados exclusivo do município, com filtro para vereadores, que foi utilizado para análise estatística com foco em variáveis cruzadas. Realizamos o cruzamento da variável gênero com dez variáveis, além de ano: partido, primeiro quartil de votos, quarto quartil de votos, média de votos, candidaturas, eleitos, total de receita, total de despesa, financiamento desagregado por partidos e financiamento desagregado por cor/raça, além do cálculo do custo do voto por situação, gênero e cor/raça.

### Resultados e Discussão



Observamos que, em média, os partidos só passaram a cumprir com a cota em 2012, onde há um aumento no percentual de candidaturas.

Entretanto, esse percentual não foi convertido em eleitas, problema já identificado pela literatura. O percentual de mulheres entre os menos votados também aumenta nesse ano. Assim, a presença de barreiras invisíveis posteriores à candidatura podem justificar esse quadro, bem como a utilização de candidaturas laranja pelo partido, já que em 2012 o TSE inicia a fiscalização das listas de candidaturas.



Sobre financiamento de campanha, notamos que, em média, mulheres arrecadam 57,7% menos que os homens e possuem um maior custo por voto, que torna sua campanha mais cara e, consequentemente, a eleição mais difícil. Entre candidatos/as pretos/as esse quadro continua complicado, já que suas campanhas também tendem a ser mais caras.

### Conclusões

Por fim, percebemos que o determinante da sub-representação de mulheres em Viçosa se encontra no financiamento de campanha, onde constatamos a forte relação entre esse e o desempenho eleitoral. A fiscalização das listas pelo TSE provocou o aumento do percentual de candidaturas de mulheres, bem como o aumento de candidaturas não-competitivas. Como os dados de financiamento correspondem a um período anterior à criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), que passou a valer a partir das eleições de 2018 e que conta com a obrigatoriedade de 30% de seus recursos serem destinados ao financiamento de candidaturas femininas, as eleições municipais de 2020 podem apresentar mudanças nesse quadro e maior sucesso das candidaturas de mulheres. Portanto, é importante ficarmos atentas ao cumprimento dessas diretrizes.

### Bibliografia

ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, n. 24, p. 193-215. 2005.

SACHETT, Teresa. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. In: PAIVA, Denise (Org.). Mulheres, política e poder. Goiânia: Cãnone Editorial e FAPEGO. 2011.

Apoio Financeiro:



Instagram:



Tableau:

